



Com pandemia, importação cai 10,5% até julho



Auxiliares do presidente Jair Bolsonaro na área de comércio exterior assumiram os cargos no início do ano passado repetindo o bordão: “importar é o que exporta”. A frase era uma inversão do título de um programa da ditadura militar – “Exportar é o que importa” – que, a partir de 1967, incluiu o financiamento de exportações e devolução de impostos sobre as vendas ao exterior.

Com o objetivo declarado de abrir a economia brasileira e reduzir tarifas de importação, a ideia do atual governo é que a compra de insumos e máquinas do exterior aumentaria a produção brasileira e, por consequência, as exportações.

A pandemia do coronavírus, porém, derrubou um dos pilares do mantra. Se as vendas brasileiras conseguiram recuar menos de janeiro a ju-

lho (6,4%), sustentadas pelo agronegócio, as importações chegaram a encolher 35,5% no mês de julho, acumulando uma queda de 10,5% nos sete primeiros meses do ano.

Depois de um primeiro trimestre atipicamente forte, as compras do exterior começaram a registrar quedas acima de dois dígitos a partir de abril. Considerado o período entre abril e julho, o total apresenta queda de 21% na comparação com o ano anterior. As importações chegaram a US\$ 46 bilhões, nível que, nos últimos dez anos, só foi alcançado em 2016.

“A importação é quase um espelho da produção interna e da atividade. Se tem queda na atividade, tem queda na importação”, explica o gerente de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrizio Panzini. “Em abril, caiu 99% a produção, teve

uma queda de demanda imensa e você não pode continuar produzindo se a perspectiva não é boa.”

Entre os produtos mais atingidos estão petróleo e derivados, peças e partes de veículos e máquinas e equipamentos. No caso do petróleo, além da demanda interna ter diminuído, o preço no mercado internacional também caiu, contribuindo para a redução de 58,9% na importação do produto bruto em julho e 71% em derivados manufaturados.

“Os primeiros meses da pandemia foram horríveis. A indústria automobilística, que é muito forte no Brasil, ficou 70 dias com a atividade parada. Houve também redução na linha branca. Isso prejudicou muito”, explica o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos (Abimei), Paulo Castelo Branco.

Estado SP/Biznews

Agronegócio



Estudo indica união da ferrovia com o agronegócio para desenvolver o país

Página - 04

Finanças



Juros fecham em alta, com risco de saída de Guedes e ameaças ao teto de gastos

Página - 05

Negócios



GM abrirá PDV que tem como incentivo salários extras e um Onix

Página - 08

Pessimismo cresce e só 24% das empresas esperam investir mais, diz pesquisa

Página - 08

No Mundo

EUA: Governo prepara nova rodada de sanções contra Síria, segundo autoridades



O governo Trump está preparando novas rodadas de sanções contra a Síria, segundo informações de autoridades americanas. A ideia é incluir na lista negra redes de apoio financeiro de outros países que alimentam o governo do presidente Bashar al-Assad.

Conforme as fontes, como al-Assad garantiu ganhos militares e políticos nos últimos meses, a extensão das sanções ao sistema financeiro de países apoiadores do regime sírio deve aumentar a pressão internacional por uma paz negociada e transição política. Os EUA querem cortar o financiamento do governo de Assad vindo do exterior,

investigando empresas internacionais ligadas ao regime e intensificando os esforços diplomáticos para pressionar governos, incluindo aliados dos EUA, a cortar o fluxo de recursos para o país.

Estes esforços devem se somar às medidas do Tesouro dos EUA e do Departamento de Estado do país para punir quase três dezenas de indivíduos e empresas nos últimos dois meses, em especial os ligados à família Assad, considerados o núcleo da estrutura de poder do presidente sírio e que ajudam a financiar o regime.

Alvos recentes incluem o filho de Assad e a esposa britânica que, segundo autoridades norte-americanas,

estariam gerindo um grande portfólio de ativos comerciais. O governo Trump sancionou membros da família Assad e outras pessoas sob a Lei de Proteção Civil Caesar Síria, que visa pressionar o regime por causa da violência contra civis.

Autoridades norte-americanas e ocidentais também informaram que outras sanções estão sendo preparadas. As restrições adicionais abrangeriam apoiadores e associados do regime sírio no Líbano e nos Emirados Árabes Unidos, bem como imóveis e outras firmas na Europa ligadas à família Assad e a um importante empresário sírio que é parente de Assad.

Estado SP/Biznews

Com hospitais lotados, Líbano estuda impor duas semanas de 'lockdown'

O sistema de saúde do Líbano está “à beira do abismo”, afirmou, nesta segunda-feira (17), o ministro da Saúde, Hamad Hassan.

Segundo ele, os hospitais estão saturados com a chegada de pacientes com Covid-19, que se somam às consequências da megaexplosão que devastou mais da metade da capital libanesa, Beirute.

“Declaramos hoje um estado de alerta geral e precisamos de uma decisão corajosa para fechar o país por duas semanas”, disse o ministro.

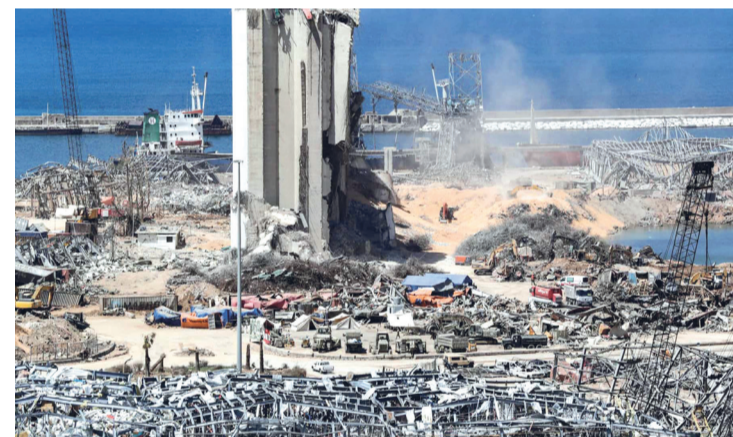
Para Hassan, “o perigo real é a disseminação [do coronavírus] dentro da socieda-

de”, já que os leitos de UTI em hospitais públicos e privados estão lotados.

“Todos devem estar em alerta máximo e tomar as mais rígidas medidas de prevenção”, disse o ministro. “Estamos enfrentando um verdadeiro desafio e os números registrados no último período são chocantes.”

Neste domingo (16), o país registrou um recorde de 439 novos casos e seis mortes em um período de 24 horas. Com isso, o Líbano chegou a um total de 8.881 casos e 103 mortes por Covid-19, de acordo com dados compilados pela Universidade Johns Hopkins.

Folhapress



PIB da zona do euro tem contração histórica de 12,1% no 2º tri, confirma Eurostat



O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro encolheu 12,1% no segundo trimestre de 2020 ante os três meses anteriores em meio ao impacto da pandemia da covid-19, sofrendo a maior contração numa série histórica iniciada em 1995, de acordo com revisão divulgada nesta sexta-feira, 14, pela agência oficial de estatísticas da União Europeia, a Eurostat.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o PIB do bloco registrou um tombo

de 15% entre abril e junho.

Os números vieram em linha com as expectativas de analistas consultados pelo The Wall Street Journal e confirmaram estimativas iniciais publicadas no fim de julho.

Segundo dados com ajustes sazonais publicados também nesta sexta pela Eurostat, as exportações da zona do euro saltaram 11,2% em junho ante maio, enquanto as importações cresceram 5,2% no período.

Os resultados marcaram o segundo mês de avanço do

comércio externo da zona do euro, após quedas históricas causadas pela pandemia de coronavírus em abril.

As exportações, porém, continuam 17% abaixo dos níveis de fevereiro, último mês antes de a covid-19 começar a prejudicar os fluxos comerciais do bloco.

Já o superávit da balança comercial da zona do euro aumentou de 8,6 bilhões de euros em maio para 17,1 bilhões de euros em junho, também no cálculo com ajustes sazonais.

Estado SP/Biznews

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Governo gastou 54% dos recursos previstos com a pandemia, diz Instituição Fiscal



O governo já abriu R\$ 511,3 bilhões em créditos extraordinários para financiar medidas de combate à pandemia, tendo gasto efetivamente 54% desse valor (R\$ 277,9 bilhões) até o dia 11 de agosto, de acordo com o Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal.

O auxílio emergencial a trabalhadores informais é a ação com maior orçamento. Foram reservados R\$ 254,2 bilhões, dos quais já foram pagos R\$ 167,7 bilhões (cerca de 66%). O auxílio a estados e municípios já teve desembolso de R\$ 30,1 bilhões (50% do valor disponível).

O programa de financiamento da folha de pagamento das empresas teve execução de apenas 11,5% de um total previsto de R\$ 34 bilhões. A

compensação para trabalhadores formais com contrato suspenso ou redução de jornada soma R\$ 20 bilhões (39% do disponível).

O percentual de execução da ação de enfrentamento da emergência de saúde aumentou de 32,9% para 50,6% desde julho, de um total autorizado de R\$ 46,8 bilhões.

Com esse aumento de gastos, houve perda de receita líquida no primeiro semestre de 2020 que corresponde a 2,5 pontos percentuais do PIB (Produto Interno Bruto).

Os gastos com pandemia fizeram a despesa primária total crescer 40,3%, acima da inflação, no período.

Em relação ao desempenho da economia, a IFI projeta que o PIB (Produto Interno Bruto) deve registrar queda de 8,8% no segundo trimestre, abaixo do inicialmente

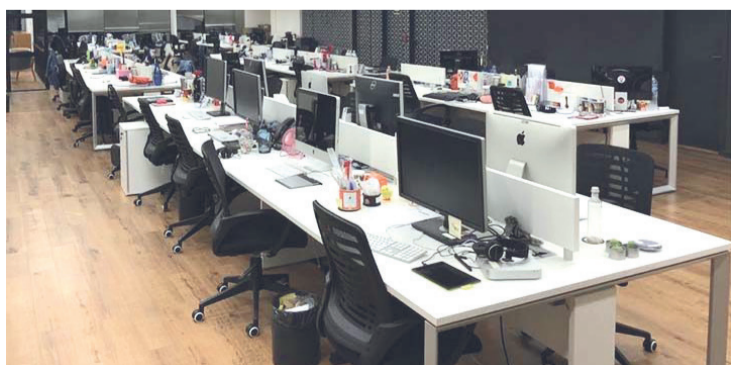
previsto de -10,6%. A expectativa para o ano permanece em -6,5%.

A dívida bruta do governo atingiu 85,5% do PIB em junho (9,7 pontos percentuais do PIB de aumento neste ano), caminhando para a projeção de 96,1% do PIB da IFI no final deste ano.

“É preciso ter claro que essa piora fiscal não constitui um risco em si. A preocupação maior reside na incerteza quanto ao pós-crise. Desde já, discute-se a relevância de o governo dar sinalizações claras em relação ao compromisso com o retorno a um modelo de ajuste fiscal que permita restabelecer as condições mínimas de sustentabilidade da dívida pública. Neste contexto, o teto de gastos exerce papel importante”, diz a IFI no relatório.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Empresas dão advertências e suspensões para quem tenta burlar jornada no home office



Funcionário que desaparece durante o dia e só responde emails na madrugada, outro que não acessa o link -e, portanto, não participa da reunião, ou ainda o funcionário que aparece na teleconferência vestindo pijamas, com cabelos bagunçados e olhos inchados de sono.

A transferência inesperada do local de trabalho para a casa dos funcionários, em home offices improvisados, gerou uma série de novos conflitos nas relações entre gestores e subordinados. Como consequência, as empresas recorrem aos seus advogados para entender como

Guedes quer R\$ 400 bi em lucro do BC, que resiste

O ministro Paulo Guedes (Economia) quer que o BC devolva R\$ 400 bilhões ao Tesouro Nacional resultantes dos lucros obtidos pela autoridade monetária com operações cambiais e reservas internacionais. O presidente do BC, Roberto Campos Netto, no entanto, resiste.

A transferência tem respaldo legal e só exige a autorização do CMN (Conselho Monetário Nacional), que é formado pelo ministro da Economia, pelo presidente do BC e pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Mesmo assim, tanto o Tesouro quanto o BC querem fazer uma consulta informal ao TCU (Tribunal de Contas da União) para evitar qualquer tipo de ruído caso a operação venha a se concretizar.

Em junho, a conta tinha R\$ 521 bilhões disponíveis. O valor entrará no balanço do primeiro semestre, que será autorizado pelo CMN na reunião deste mês.

Pela nova lei, de maio de 2019, o BC não é mais obrigado a repassar o lucro com operações cambiais ao Tesouro. Para isso, foi criado um fundo no qual essa quantia é depositada. Quando a autarquia tem prejuízo, essa reserva é usada para cobrir a diferença.

Antes, todo o resultado positivo do BC era transferido automaticamente ao Tesouro e, quando havia perdas, a União cobria emitindo títulos.

Os outros valores apurados dentro do balanço, fora as operações cambiais, ainda seguem essa sistemática. Segundo o resultado do primeiro semestre, o BC terá que transferir, obrigatoriamente, R\$ 24,7 bilhões ao Tesouro.

Larissa Garcia e Julio Wiziack/Folhapress



lidar com horários, prazos, rotinas, cobranças e condutas nessa nova realidade -e também para definir as punições.

Para a advogada Andrea Massei, sócia das áreas trabalhista e previdenciária do Machado Meyer, parte das tensões tem relação com o fato de o trabalho não presencial ser uma novidade para a maioria dos setores da economia.

“O trabalho remoto veio de forma muito abrupta, há uma falta de preparo tanto de funcionários quanto de empregadores para lidar com essa nova rotina”, diz.

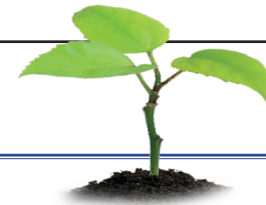
Na avaliação da advogada, o imprevisto dessa trans-

ferência abriu espaço para uma certa confusão nas condutas. Estar trabalhando em casa, diz, não dispensa o funcionário de atender o gestor, cumprir prazos e entregar trabalhos -e muitas empresas tiveram problemas com isso, especialmente no início da quarentena.

Jorge Matsumoto, do Bichara Advogados, considera importante lembrar que o contrato continua vigente no home office e, quando o funcionário não cumpre com sua parte nesse acordo, o empregador pode exercer seu poder punitivo.

Fernanda Brigatti/Folhapress

Agronegócio



Estudo indica união da ferrovia com o agronegócio para desenvolver o país



Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Engenharia, organização com mais de cem anos de atuação, mostra que o caminho para o escoamento da produção do agronegócio nacional é o investimento no desenvolvimento ferroviário do país.

Juntos, podem contribuir para o crescimento da economia do país, gerando empregos, reduzindo custos -em relação ao sistema rodoviário, emissão de gás carbônico e perdas-, e ampliando a capacidade de transporte devido ao tamanho das composições, diz o instituto.

Além disso, as ferrovias impulsionariam a tecnologia e a infraestrutura dos municípios em setores como energia e telecomunicações, segundo o estudo "Ocupação Sustentável do Território Nacional pela Ferrovia

Associada ao Agronegócio".

Conforme o trabalho do instituto, a ocupação territorial produtiva nos eixos Oeste (Mato Grosso) e Nordeste (Matopiba e norte de Goiás) continua a se expandir pelas condições favoráveis da terra e tecnologia empregada, mas, devido à logística, a produção precisa ser escoada na maior parte pelos portos do Sul e Sudeste, a longas distâncias rodoviárias, elevando custos.

O estudo faz ainda comparações com o modal rodoviário, como a que mostra que uma composição ferroviária com 134 vagões tem capacidade de transportar o equivalente a 500 carretas de minério.

Além disso, mostra que, apesar de o país ter em tese uma malha ferroviária de 29 mil quilômetros, apenas 10 mil quilômetros estão em uso, insuficiente para a demanda.

Outra rota que poderia

ter melhor destinação, segundo ele, é a ferrovia entre Teresina e o litoral da Paraíba, também desativada.

As ferrovias surgiram em São Paulo a partir da segunda metade do século 19 para atender principalmente interesses dos cafeicultores em trechos curtos, razão pela qual seu traçado até hoje é sinuoso em alguns locais -seguia a lógica de passar nas lavouras de café para embarcar com destino ao porto de Santos.

Com isso, há curvas inadequadas, rampas acentuadas, os trens precisam trafegar em baixa velocidade e composições cortam a zona urbana de importantes cidades.

Essas inadequações devem sumir a partir da assinatura da renovação antecipada da concessão da malha paulista, dando mais segurança e velocidade ao sistema ferroviário.

Marcelo Toledo/Folhapress

Oferta de alimentos na China terá lacuna de 130 milhões de toneladas em 2025, diz instituto



A China deverá atingir uma lacuna de cerca de 130 milhões de toneladas na oferta de alimentos até o final de 2025, à medida que a população urbana segue aumentando e a mão de obra rural envelhece, disse a imprensa estatal nesta segunda-feira, citando o relatório de um think tank governamental.

Com a população rural diminuindo e os agricultores enfrentando dificuldades para aumentar seus lucros, Pequim deve tratar a segurança alimentar como uma grande prioridade, segundo

Começa emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

Começou ontem (17), às 16h, a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) de 2020. É por meio desse documento que se comprova a regularidade do imóvel rural no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), base de dados do governo federal, gerenciada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Para que o documento seja válido, é necessário que a Taxa de Serviços Cadastrais esteja quitada, o que pode ser feito na rede de atendimento do Banco do Brasil até o dia 15 de setembro. De acordo com o Incra, o valor é diferenciado conforme o tamanho da área. Caso a quitação não ocorra até a data limite, haverá cobrança de multa e juros.

A solicitação do documento pode ser feita por meio de computadores, smartpho-

nes, tablets, salas da Cidadania e unidades municipais de Cadastramento. A emissão do certificado é inviabilizada se as informações fornecidas divergirem daquelas constantes no SNCR.

É com base nas informações dos cerca de 6,54 milhões de imóveis rurais espalhados pelo país, o que abrange, além da titularidade e localização, dados sobre o uso do imóvel, que as autoridades ampliam os conhecimentos sobre a malha fundiária brasileira, de forma a melhor gerenciá-la.

A emissão eletrônica do CCIR poderá ser feita pela internet, a partir de banner que será publicado hoje no site do Incra e ainda na Sala da Cidadania Digital. Outra opção é utilizar as plataformas Google Play ou App Store para baixar o aplicativo "SNCR-Mobile" em dispositivos móveis.

Pedro Peduzzi/ABR



o Instituto de Desenvolvimento Rural da Academia de Ciências Sociais da China.

Dentro de cinco anos, a proporção da população que vive em áreas urbanas deve atingir 65,5% do total da China, ante 60,6% ao final do ano passado, com cerca de 80 milhões de habitantes rurais se mudando para as cidades.

Ao mesmo tempo, a proporção de habitantes rurais com 60 anos ou mais deve chegar a 25,3%, versus cerca de 15% no censo de 2010.

Os temores relacionados à oferta de alimentos na China voltaram ao cen-

tro das atenções neste mês, depois de o presidente Xi Jinping condenar um "vergonhoso" desperdício de alimentos, desencadeando uma onda de iniciativas empresariais e de governos locais.

A garantia da oferta de alimentos é uma importante fonte de legitimidade política para o Partido Comunista Chinês, mas o rápido crescimento populacional e as amplas taxas de industrialização e urbanização tornaram cada vez mais escassos e pressionados os recursos terrestres e hídricos do país.

Reuters/Site Notícias Agrícolas

Bolsa fecha em baixa de 1,73%, com foco em Guedes



Os rumores de que o ministro Paulo Guedes está de saída do governo ganharam corpo nesta primeira sessão da semana, derrubando o Ibovespa abaixo dos 100 mil pontos, em dia marcado também por pressão no dólar e inclinação da curva de juros, especialmente a ponta longa. No meio da tarde, quando o Ibovespa acentuava mínimas, circulou a versão de que a demissão de Guedes estaria assinada, o que levou então o índice da B3 aos 98.622,47 pontos no piso da sessão, renovado depois aos 98.513,34, com máxima a 101.688,98 pontos – uma variação de pouco mais de 3,1 mil pontos entre os extremos desta segunda-feira. Ao final, em dia de vencimento de opções sobre ações, o Ibovespa marcava perda de 1,73%, aos 99.595,41 pontos, com giro financeiro a R\$ 45,4 bilhões. No mês, cede

3,22% e, no ano, 13,88%.

“O mercado começa a refletir a possibilidade de o Guedes ter subido no telhado. Mas o que ocorreu ontem, em ajuste de preço tanto em ações, como dólar e juros, está muito longe de ser uma consumação de sua saída. Com o Guedes fora do governo, o Ibovespa iria abaixo dos 80 mil pontos”, diz Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura. “O mercado está começando a trabalhar com uma possibilidade que inexistia até a semana passada. A composição de risco agora é totalmente diferente, e os preços dos ativos estão respondendo a isso”, acrescenta.

Refletindo a aversão ao risco fiscal, que se acentuou com as saídas dos secretários Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) na semana passada, as ordens de ‘stop loss’ se intensificaram hoje abaixo

dos 100 mil pontos, com o primeiro suporte correspondendo agora à mínima de 14 de julho, então aos 98.288,81 pontos, a última sessão em que o Ibovespa operou abaixo da linha de seis dígitos. “Se perder este suporte, a tendência é de que passe a ter como referência a média móvel de 200 dias, agora a 96.459 pontos”, diz Luiz Roberto Monteiro, operador da mesa institucional da Renascença, observando a solidão de Guedes na luta contra a “ala das obras” no governo.

Em live promovida pela Arko Advice, Mattar disse hoje que a relação entre Jair Bolsonaro e Paulo Guedes é “muito boa”. “Essa informação de que o ministro está desprestigiado não procede. Estou até surpreso com essas informações da imprensa. Nem sempre o que sai na imprensa é o que está acontecendo de fato”, acrescentou o ex-secretário.

Juros fecham em alta, com risco de saída de Guedes e ameaças ao teto de gastos

Os juros futuros, que já subiam pela manhã, ampliaram a alta e renovaram máximas à tarde, estimulados pelo agravamento das preocupações fiscais e do risco do ministro da Economia, Paulo Guedes, deixar o governo. As taxas longas fecharam em alta de quase 15 pontos-base, em novo dia de aumento nos níveis de inclinação e de disparada do dólar. Os curtos avançaram menos, mas, de todo modo, passaram a precificar agora 100% de chance de manutenção da Selic em 2%, apagando as apostas residuais de queda na taxa básica que ainda apareciam até a semana passada.

O dólar à vista subiu 1,30%, a R\$ 5,4971, tendo alcançado R\$ 5,5141 na má-

xima do dia. O juro do DI para janeiro de 2022 encerrou em 2,83%, de 2,803% no ajuste anterior, e o do DI para janeiro de 2023 avançou de 4,014% para 4,06%. A taxa do DI para janeiro de 2027 fechou em 6,99% de 6,833% no último ajuste.

O mercado começou a semana na mesma toada em que terminou a última, mas o noticiário desde então vem fortalecendo as expectativas de saída do ministro. “O pano de fundo que fomenta o estresse ainda é uma possível saída de Guedes e se o País vai manter como está o teto de gastos, com várias notícias apimentando esse quadro”, disse o gerente da Mesa de Reais da CM Capital Markets, Jefferson Lima.

IstoÉDinheiro



Dólar recua ante divisas principais, com covid e sinais da economia no radar



O dólar teve baixa em relação a outras moedas principais nesta segunda, 17, com investidores avaliando dados da pandemia da covid-19 e também sinais da economia. Além disso, analistas destacavam as dificuldades na negociação por mais estímulos fiscais nos EUA e a postura do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que nesta quarta-feira divulga ata de sua mais recente reunião de política monetária.

No fim da tarde em Nova York, dólar caía a 105,97 ienes, o euro subia a US\$

1,1874 e a libra esterlina avançava a US\$ 1,3110. O índice DXY registrou queda de 0,26%, aos 92,851 pontos.

O BBH aponta que as “medidas agressivas de relaxamento” do Fed adotadas desde março têm pressionado o dólar. Além disso, lembra em relatório que a pressão sobre a divisa é fruto também de uma perspectiva econômica “mais nebulosa” nos EUA, já que o país ainda enfrenta quadro mais grave na emergência de saúde do que países da Europa, por exemplo.

Ontem, o índice Empire State de atividade industrial

caiu a 3,7 em agosto, contrariando previsão de alta dos analistas. O Western Union atribuiu a fraqueza do dólar hoje também às dificuldades em Washington para aprovar mais estímulos fiscais. O presidente Donald Trump voltou a criticar a oposição, enquanto os democratas exigem um compromisso mais robusto do governo para apoiar a economia. O Western Union lembra ainda que na quarta-feira sairá a ata do Fed e aponta que um documento “dovish” pode reforçar o viés de baixa do dólar.

IstoÉDinheiro

Publicidade Legal

Constran Internacional Construções S.A.

CNPJ/MF nº 32.239.244/0001-18 – NIRE 35.300.529.103

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de março de 2020

Data, Hora e Local: Aos 11/03/2020, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças:** Dispensada, face a presença da única acionista representando a totalidade do capital social. **Mesa:** José Roberto Maluf Moussalli – Presidente; e Luciano Barbosa Theodoro – Secretário. **Ordem do Dia:** Apreciar, deliberar e ratificar sobre: (I) a contratação do escritório especializado para avaliar os ativos judiciais a serem conferidos para aumento do capital social da Companhia; (II) o laudo de avaliação dos ativos a serem conferidos para aumento do capital social da Companhia; (III) o aumento de capital da Companhia mediante a capitalização dos ativos nos termos do respectivo Laudo de Avaliação; (IV) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** A Acionista, sem restrições e por unanimidade decidiu: 1. aprovar e ratificar a contratação da empresa especializada **Equity Engenharia e Avaliações Ltda.**, CNPJ/MF nº 00.810.715/0001-00, CREA/SP nº 0463676, CORECON/SP nº RE5179 e, IBAPE/SP nº 98064923 (“EQUITY”), responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do Acervo Técnico (“Laudo de Avaliação”) a serem conferidos ao aumento do capital social da Companhia, conforme exigido no artigo 8º, § 1º da Lei 6.404/76. Pelo Sr. Guilherme Pires Galvão, gerente técnico da EQUITY sob CREA/SP nº 158.949/D, e Eduardo Maalouf, administrador da EQUITY sob CREA/SP nº 103040, que se encontravam presentes na Assembleia, foi esclarecido que, a pedido da Companhia, foi realizada avaliação prévia que possibilitou a apresentação do Laudo de Avaliação dos bens – Acervo Técnico – que, entregue ao Presidente da Mesa, foi devidamente autenticado e arquivado na sede da Companhia. 2. Aprovar sem qualquer emenda ou ressalva o Laudo de Avaliação, nos exatos termos em que foi apresentado, o qual consta como **Anexo III** da presente Ata, que estipulam em R\$ 10.859.000,00 o valor da avaliação dos bens intangíveis – acervo técnico. 3. Aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.859.000,00, passando este dos atuais R\$ 356.429.284,68, para R\$ 367.288.284,68, mediante a emissão de 10.859.000 novas ações ordinárias nominativas ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação. As ações ordinárias ora emitidas conferirão os mesmos direitos e vantagens das ações de mesma espécie e classe já existentes, de acordo com o Estatuto Social da Companhia. 4. As novas ações ordinárias são neste ato totalmente subscritas e integralizadas, pela única acionista da Companhia, conforme Boletim de Subscrição constante do Anexo I da presente Ata. 5. Aprovar a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia composto por XII Capítulos e 27 Artigos, de maneira a refletir as alterações decorrentes desta Assembleia, que passará a vigorar na forma do Anexo II à presente Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Mesa: José Roberto Maluf Moussalli – Presidente, Luciano Barbosa Theodoro – Secretário, OAB/SP nº 168.365. **Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede e Foro, Objeto e Duração.** **Artigo 1.** A Constran Internacional Construções S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”). **Artigo 2.** A Companhia tem por sede e foro na Avenida São Gabriel, 301, 2º andar, Sala 201, São Paulo-SP. **Artigo 3.** A Companhia tem por fim específico: I. execução, no Brasil ou no exterior, de obras públicas ou particulares, administração, supervisão, estudos, projetos, planejamento, consultoria, serviços técnicos pertinentes nos diversos setores da engenharia civil tais como: edifícios residenciais, comerciais, industriais, conjuntos residenciais, urbanização de favelas, terraplanagem, drenagem, pavimentação, e obras complementares de sistemas viários, urbanos ou rurais; construção de estradas de rodagem compreendendo-se, também sua administração, tanto por conta própria, como terceiros permissivos, assim como, participando de privatizações em geral e em todas as suas modalidades técnicas e econômicas permitidas em lei; ferrovias; metrôvias e aeroportos, incluindo terminais, estações, pátios, edificações de apoio e sistemas de sinalização e controle operacionais; obras de arte em geral, pontes e viadutos; túneis; pólos petroquímicos e refinarias; usinas siderúrgicas, hidrelétricas, termoelétricas, nucleares e barragens; construção, ampliação ou recuperação de obras portuárias e vias navegáveis, apoio portuário e marítimo, inclusive obras de proteção e tipo “off-shore”, obras de dragagem, desassoreamento, inclusive serviços subaquáticos, para manutenção, retificação e canalização de rios e canais; captação, tratamento, reserva e distribuição de água; interceptação, condução e tratamento de esgotos sanitários e industriais; oleodutos, gasodutos e demais dutos especiais, marítimos ou terrestres; II. implantação de sistemas de telecomunicações e telefonia; linhas de transmissão de energia e subestações; III. montagem de equipamentos, estruturas e sistemas eletromecânicos de controle de operação; IV. prestação de Serviços relativos a todos os setores de limpeza pública, que abrangem execução e exploração em todas as suas variações, incluindo coleta, varrição, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos, domiciliares, industriais e hospitalares, tanto em aterro sanitários, incineradores ou usinas de compostagem, ou outro qualquer sistema que vise equacionar o problema de lixo, incluindo-se qualquer outro serviço que possa ser caracterizado como limpeza ou que sejam considerados similares, podendo operar e administrar qualquer das modalidades existentes ou que venham ser implantadas sendo sob o regime de contratação ou de privatização de tais serviços ou obras, remoção, transporte e beneficiamento de lixo; V. exploração e aproveitamento de jazidas no território nacional, de acordo com as disposições do Código de Mineração e respectivo regulamento; VI. prestação de serviços de transportes rodoviários e ferroviários por conta própria ou de terceiros; VII. Prestação de serviços de transportes hidroviários vinculados à execução de obras públicas ou particulares; VIII. exploração de serviços públicos relacionados com os itens anteriores, ainda que desvinculados de sua construção, mediante regime de concessão, permissão ou outro qualquer; IX. elaboração de projetos de engenharia civil, mineração e de arquitetura; X. construção, reparos, manutenção e operação de equipamentos navais; XI. usinagem de concreto asfáltico, fabricação de artefatos de concreto e produtos afins, para consumo próprio e vendas a terceiros; XII. exploração de pedreiras, britagem, rebitagem e beneficiamento para consumo próprio e venda a terceiros; XIII. compra e venda de materiais de construção em geral; XIV. importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos para uso próprio, pertinentes aos serviços que vier a executar e à mineração em geral; XV. locação de equipamentos e veículos; XVI. incorporação, comercialização e administração de imóveis próprios, XVII. comercialização de máquinas, equipamentos e materiais em geral; e XVIII. a participação, como consorciada, acionista ou cotista, no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Artigo 5.** O capital social é de R\$ 367.288.284,68 dividido em 367.288.284 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00. § 1º. A Assembleia deverá deliberar e aprovar os aumentos e/ou as reduções de capital da Companhia. § 2º. As emissões e colocações de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações serão realizadas com observância do direito de preferência, assegurado aos acionistas, conforme disciplina no Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. § 3º. A Companhia está autorizada a deliberar sobre as emissões de debêntures e ações, subordinadas às normas legais e regulamentares vigentes. § 4º. É vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6.** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. § 1º. As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual reconhecerá como titular de direitos o acionista que estiver registrado como titular das ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. § 2º. A Companhia, nos termos da lei e observado o disposto neste Estatuto Social, poderá adquirir ações de sua emissão, para cancelamento ou posterior alienação, mediante autorização da Assembleia. **Capítulo III – Administração.** **Artigo 7.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes conferidos em lei e por este Estatuto Social, permitindo-se, em qualquer caso, a reeleição e dispensando a constituição de caução em garantia dos seus respectivos mandatos. § 1º. A remuneração anual global dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia. § 2º. Os Diretores tomarão posse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e observarão os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na referida lei. § 3º. Ao final de seus mandatos, os membros da Diretoria Executiva permanecerão em seus cargos até que os membros sejam eleitos pela Assembleia. **Capítulo IV – Diretoria Executiva.** **Artigo 8.** A Diretoria Executiva da Companhia será composta de, no mínimo, 02 e, no máximo, 04 Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer momento pela Assembleia, para mandatos unificados de 02 anos, nos termos deste Estatuto Social, sendo 01 Diretor Presidente e 03 Diretores sem designação específica. § 1º. A investidura no cargo de Diretor far-se-á imediatamente após assinatura do respectivo termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. § 2º. No impedimento ou ausência temporária de um Diretor eleito, o mesmo poderá ser substituído por outro Diretor que poderá acumular as funções. § 3º. Ocorrendo à vacância permanente devido à retirada, demissão ou incapacidade de um ou mais Diretores ou por qualquer outro motivo, a Assembleia deverá ser convocada para promover a eleição de novo Diretor. **Capítulo V – Funcionamento da Diretoria Executiva.** **Artigo 9.** As reuniões da Diretoria Executiva podem ocorrer dependendo da urgência das questões a serem discutidas e suas decisões serão tomadas de forma colegiada. § 1º. As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente com até 24 horas de antecedência, mediante comunicação aos demais Diretores. As reuniões poderão ser realizadas por vídeo conferência ou quaisquer outros meios de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea de todas as outras pessoas presentes na reunião. Os membros da Diretoria que participarem da reunião da forma definida acima serão considerados presentes na reunião para todas as devidas finalidades. § 2º. As atas da reunião podem ser validamente assinadas por fax ou outro meio eletrônico, com cópia arquivada na sede da Companhia juntamente com a via original assinada. **Capítulo VI – Competência da Diretoria Executiva e Representação.** **Artigo 10.** A Diretoria Executiva, observado o limite de atuação previsto neste Estatuto Social, possui poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, competindo: I. submeter a Assembleia para exame e deliberação: a) planejamento estratégico, com os respectivos programas anual de investimento; b) orçamento anual; c) política de gestão, planejamento e manutenção dos ativos da Companhia; d) planejamento econômico-financeiro e tributário da Companhia; e) o plano de cargos e salários dos

empregados da Companhia. (ii) indicar Gerentes; III. celebrar contratos, observado os limites de alçadas previstos neste Estatuto; IV. elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as demonstrações financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o parecer dos auditores independentes, para apreciação do Conselho Fiscal, se instalado, e à aprovação pela Assembleia; V. zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; VI. zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e no Comitê de Ética e nas suas próprias reuniões; VII. apresentar proposta(s) comercial(is) e/ou a celebrar contrato(s) com, cliente(s) em valor inferior a R\$ 150.000.000,00; VIII. celebrar contrato(s) com fornecedor(es) de bens e serviços em valor inferior a R\$ 25.000.000,00; IX. realizar investimentos em bens do ativo imobilizado, exceto imóveis, em valor inferior a R\$ 5.000.000,00, por operação; e X. alienar bens do ativo imobilizado, exceto imóveis, em valor inferior a R\$ 50.000,00, isoladamente, ou em conjunto de atos da mesma natureza realizados no mesmo exercício social. **Artigo 11.** A Diretoria Executiva tem amplos e gerais poderes de representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, a administração dos negócios sociais, considerando-se a Companhia validamente obrigada: I. mediante assinatura de 02 Diretores; II. mediante assinatura conjunta de 01 Diretor e 01 Procurador; ou III. mediante assinatura conjunta de 02 procuradores, nos limites dos poderes que lhes forem conferidos, na forma prevista no Artigo 10 acima. **Artigo 12.** É facultado a Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 02 Diretores. As procurações deverão conter poderes específicos e com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 12 meses, sendo vedado o subestabelecimento total ou parcial. **Capítulo VII – Conselho Fiscal.** **Artigo 13.** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, observando-se o disposto no artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no tocante às normas para sua constituição. § Único. Aplica-se ao Conselho Fiscal, quanto às normas de eleição, funcionamento, requisitos, impedimentos, investidura, deveres e responsabilidade e remuneração o que dispõe a Lei de Sociedade por Ações. **Artigo 14.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de 03 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia, que atendam aos requisitos e não incidam nos impedimentos previstos em lei. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, se houver, exercerão os seus cargos até a 1ª AGO que se realizar após sua eleição, e poderão ser reeleitos, caso o seu funcionamento, no exercício social subsequente, venha a ser deliberado. § 2º. O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente, ao qual caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades. § 3º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal. § 4º. As decisões e pareceres do Conselho Fiscal serão aprovados por maioria de votos de seus membros e serão consignados nas atas de suas reuniões. **Artigo 15.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos pelo respectivo suplente. Não havendo suplente, a Assembleia será convocada para proceder à eleição de membro para complementar o mandato remanescente. **Capítulo VIII – Assembleia Geral.** **Artigo 16.** A Assembleia será convocada na seguinte ordem: I. por qualquer um dos acionistas, mediante solicitação da Diretoria Executiva; e II. pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. § Único. Os trabalhos da Assembleia serão presididos pelo Diretor Presidente da Companhia que escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos. **Artigo 17.** Respeitada a legislação em vigor, a Assembleia será convocada pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 18.** A Assembleia tem as atribuições e poderes fixados na lei, e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **Artigo 19.** A Assembleia é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses. § 2º. As deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria simples dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. § 3º. A Assembleia só poderá deliberar assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação o qual deverá ser detalhado, não podendo incluir itens genéricos como “questões de interesse geral da Companhia” e “outros”. Nenhuma deliberação válida será aprovada a respeito de assuntos não expressamente incluídos na ordem do dia, conforme estabelecido no edital de convocação, salvo deliberações aprovadas pelos Acionistas representando a totalidade do capital social. **Artigo 19.** A Assembleia será convocada na forma da Lei das Sociedades por Ações e, cumulativamente, mediante carta protocolada com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio eletrônico com comprovação de recebimento, a ser encaminhado a cada um dos acionistas da Companhia e deverá conter data e horário previstos para realização da Assembleia, pauta e toda documentação suporte, se houver. § 1º. A 1ª convocação será feita com no mínimo 20 dias úteis da data da Assembleia e, se não for realizada, uma 2ª convocação será feita com no mínimo 10 dias úteis da nova data da Assembleia. § 2º. As Assembleias Gerais serão validamente instaladas (i) em 1ª convocação com a presença de, no mínimo, Acionistas que representem a maioria do Capital Social da Companhia e (ii) em 2ª convocação, com qualquer número, sempre observados quaisquer outros quóruns de instalação superiores exigidos pela legislação aplicável. **Artigo 20.** Além das matérias previstas em lei, e neste Estatuto Social, compete, privativamente, à Assembleia deliberar sobre: I. alteração do Estatuto Social da Companhia; II. aumento ou redução do capital social da Companhia; III. modificação do objeto social; IV. realização de investimentos em bens do ativo imobilizado da Companhia em valores superiores a R\$ 5.000.000,00; V. alienação de bens do ativo imobilizado, exceto imóveis, em valor superior a R\$ 50.000,00; VI. alienação e/ou aquisição de bens imóveis; VII. apresentação pela Companhia de proposta(s) comercial(is) e/ou a celebração de contrato(s) com cliente(s) em valor superior a R\$ 150.000.000,00; VIII. celebração pela Companhia de contratos com fornecedores de bens e serviços em valor superior a R\$ 25.000.000,00; IX. contratação de empréstimos ou financiamentos; X. celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Parte Relacionada; XI. formação de qualquer parceria, *joint venture* ou empreendimento similar, incluindo consórcio; XII. constituição de subsidiárias integrais; XIII. a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia; XIV. declaração de autofalência, pedido de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; XV. políticas, regras e distribuição de remuneração variável, bônus, ou gratificação (a qualquer título); XVI. alienação, direta ou indireta, ou compartilhamento do controle detido pela Companhia; XVII. alteração do dividendo mínimo obrigatório ou a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio em forma diversa da política de dividendos, assim como a criação ou a extinção de qualquer reserva, considerando-se como política de dividendos a distribuição, a título de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e o reinvestimento do saldo de lucros na Companhia, mediante parecer prévio da Diretoria; XVIII. emissão de debêntures; XIX. alteração do número de membros da Diretoria Executiva; XX. solicitação de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários para a abertura de capital e qualquer oferta pública ou emissão de valores mobiliários, primária ou secundária, em colocação pública ou privada, no Brasil e/ou no exterior; assim como eventual fechamento do capital ou qualquer oferta pública de aquisição de ações; XXI. compra de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou para manter em tesouraria, observados os limites legais; XXII. política de alçadas da Diretoria Executiva, com a definição dos poderes de representação e de deliberação de cada órgão administrativo, que deverão ser devidamente refletidas no Estatuto Social da Companhia; XXIII. política de marketing e a divulgação (por qualquer meio de comunicação) de informações sobre a Companhia; XXIV. orientação geral dos negócios da Companhia, sua missão, objetivos e diretrizes, bem como recomendar a aprovação do plano estratégico, os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos, estabelecidos no Plano de Negócios; XXV. constituição de garantias, penhor, caução, usufruto, encargo ou qualquer tipo de operação ou gravame sobre ativos da Companhia, em favor de terceiros, em interesse da Companhia; XXVI. os limites de riscos que a Companhia poderá assumir; XXVII. escolha ou destituição dos auditores independentes; XXVIII. estrutura organizacional e o organograma da Companhia; XXIX. políticas, regras e distribuição de remuneração variável, bônus, ou gratificação (a qualquer título); XXX. Plano de Cargos e Salários da Companhia; XXXI. Código de Ética e Conduta; XXXII. avaliação dos resultados de desempenho da Companhia, das Diretorias Executivas e de cada Diretor individualmente; XXXIII. atribuições dos Diretores da Companhia, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social; XXXIV. acompanhar, individualmente, a gestão dos Diretores da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos, obtendo cópias sempre que assim achar necessário; e XXXV. a política de doação à terceiros. **Capítulo IX – Exercício Social, Balanço, Dividendos e Reservas.** **Artigo 21.** O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o Balanço Geral, observadas as prescrições legais pertinentes. **Artigo 22.** Levantado o balanço e verificadas as necessárias amortizações, dos lucros líquidos serão feitas as seguintes aplicações: I. 5% para constituição do fundo de reserva legal; e II. o saldo permanecerá à disposição da Assembleia, que poderá deliberar sobre a redução do dividendo obrigatório ou sobre a retenção de todo o lucro, desde que não haja oposição de qualquer acionista. **Artigo 23.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade e com base nele decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários. **Capítulo X – Liquidação.** **Artigo 24.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação, fixando-lhes, também, a remuneração. **Artigo 25.** Finda a liquidação e quitado o passivo, o saldo será distribuído entre os acionistas na proporção do número de ações que possuírem. **Capítulo XI – Reembolso.** **Artigo 26.** O reembolso, nos casos previstos em lei, será efetivado por valor igual ao do valor patrimonial líquido das ações, apurado de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia, observado as demais disposições legais aplicáveis. **Capítulo XII – Disposições Gerais.** **Artigo 27.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei das Sociedades por ações e demais disposições legais e aplicáveis. JUCESP – Registrado sob o nº 166.597/20-9 em 27/05/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Petróleo fecha em alta com dólar fraco e relato de alta na demanda da China

Os contratos futuros de petróleo encerraram a sessão desta segunda-feira (17) em alta, amparados pelo dólar fraco no exterior, que estimula a procura por commodities. A possibilidade de aumento nas compras de óleo americano por parte da China deu apoio adicional aos negócios do setor.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para setembro encerrou o dia em alta de 2,09%, a US\$ 42,89 o barril, enquanto na Internacional Exchange (ICE), o contrato do Brent para outubro subiu 1,27%, a US\$ 45,37.

O petróleo foi especialmente ajudado ao longo do dia pela fraqueza do dólar lá fora, o que torna commodities mais baratas para detentores de outras divisas e estimula a busca pelo ativo.

Ainda pelo lado da demanda, a Reuters noticiou que os embarques de petróleo dos EUA para a China devem aumentar nas próximas semanas, segundo fontes, que relataram salto nas compras da estatal chinesa PetroChina e da maior companhia de refino do país, a Sinopec. IstoÉDinheiro

Terras Dourados Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		CNPJ/MF nº 17.233.012/0001-69	
Balanco Patrimonial	2019	2018	Mutações do Patrimônio Líquido
Ativo/Circulante	14.716.294,98	14.101.787,34	Em 31 de dezembro de 2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	149.767,44	190.049,03	Lucros Distribuídos
Contas a Receber de Clientes	2.610.701,99	1.475.229,84	Prejuízo do Exercício
Estoques	11.883.490,46	12.348.763,15	Em 31 de dezembro de 2018
Outros Créditos	72.335,09	87.745,32	Lucros Distribuídos
Não Circulante	1.766.390,19	1.950.735,66	Prejuízo do Exercício
Realizável a Longo Prazo			Em 31 de dezembro de 2019
Contas a Receber de Clientes	1.766.390,19	1.950.735,66	Demonstração do Resultado
Total do Ativo	16.482.685,17	16.052.523,00	2019
Passivo/Circulante	408.344,95	346.172,86	2018
Obrigações Tributárias	408.344,95	332.588,73	1.569.671
Outras Obrigações	0,00	13.584,13	(-) Custos dos Produtos Vendidos
Partes Relacionadas	316.806,89	100.035,77	(465.273)
Obrigações Tributárias	104.746,94	115.678,63	1.104.398
Não Circulante	421.553,83	215.714,40	851.163
Patrimônio Líquido	15.652.786,39	15.490.635,74	Despesas Operacionais
Capital Social	201.000,00	201.000,00	Gerais e Administrativas
Reserva de Lucros	411.586,39	249.435,74	(667.783)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	16.482.685,17	16.052.523,00	(1.765.605)
Notas Explicativas			
1. Contexto Operacional – A empresa Terras Dourados Empreendimentos Imobiliários SPE S.A é uma Sociedade Anônima Fechada constituída em 09/11/2012 com objeto social específico de planejamento, promoção e implantação de empreendimento imobiliário, seja na modalidade de loteamento ou de condomínio, sob o regime de Incorporação Imobiliária em áreas de sua propriedade e/ou de terceiros, localizadas no Município de Dourados-MS. O prazo de duração da Companhia é determinado, até a consecução do seu objeto social, assim considerando o registro do loteamento ou incorporação imobiliária dos imóveis, conforme o caso, e implantação do empreendimento, alienação da totalidade dos seus lotes ou unidades autônomas, conforme o caso, e o recebimento integral dos valores da venda			
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/00 com base nas disposições da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.			

Vasques & Ferreira Participações S/A

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		CNPJ/ME em Constituição	
Das Atividades Operacionais	2019	2018	Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 06 de janeiro de 2020
(Prejuízo) Líquido do Exercício	377.150,80	(923.777,42)	Data: 06/01/2020. Local: Sede social, na Avenida Divino Salvador, 166, Apartamento 58, São Paulo-SP. Subscritores: Nilo Vasques, RG nº 1.164.975-6 SSP/SP e CPF/MF nº 016.441.498-34; e Maria Alice Ferreira Vasques, RG nº 27.905.631-X SSP/SP e CPF/MF nº 215.137.348-73. Presença: Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Nilo Vasques; Secretária: Maria Alice Ferreira Vasques. Ordem do dia: I) Constituição da Companhia; II) Avaliação dos bens que integralizam o Capital Social; III) Subscrição de ações; IV) Aprovação do Estatuto Social; V) Eleição da Diretoria; e VI) Outros assuntos de interesse social. Deliberações: I) Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que a presente Assembleia tinha por finalidade precipua a constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76. II) O Sr. Presidente informou da necessidade de avaliação dos bens imóveis dos subscritores que serão utilizados para integralização do capital. Ficando aprovado por unanimidade a nomeação da empresa especializada Direto Contabilidade, Gestão e Consultoria, inscrita no CNPJ sob nº 01.623.210/0001-07, e com sede na Avenida São Luis, 112, conjuntos 602 e 603, República, São Paulo-SP, CEP 01046-000, empresa responsável pela avaliação dos bens imóveis dos subscritores Nilo Vasques e Maria Alice Ferreira Vasques. O Sr. Presidente informou ainda que foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, o Laudo de Avaliação dos bens imóveis dos subscritores, cuja cópia fica fazendo parte integrante do presente instrumento como Anexo II (“Laudo”), elaborado pela empresa especializada acima identificada. O Laudo apresentado confirmou que os bens imóveis dos subscritores, correspondem a R\$ 258.622,00. III) Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o “Boletim de Subscrição” a qual alude o artigo 85, da Lei nº 6.404/76, foi devidamente preenchido e o capital social de R\$ 258.622,00 foi totalmente subscrito, cuja integralização se faz através da transmissão de bens imóveis dos subscritores, tudo conforme o “Boletim de Subscrição”, que ficará fazendo parte integrante da presente ata como Anexo III (“Boletim de Subscrição”). IV) Assim, tendo sido cumpridos todos os requisitos preliminares da constituição da sociedade, o Senhor Presidente disse que tinha em mãos o projeto do Estatuto Social, que, submetido à apreciação dos Subscritores, foi aprovado por unanimidade, tendo sido elaborado em separado, ficará fazendo parte integrante da presente ata como Anexo IV (“Estatuto Social”). V) Uma vez aprovado o Estatuto Social, foi efetuada a eleição dos Diretores, verificando-se o seguinte resultado: Diretor Presidente – Nilo Vasques, acima qualificado; e Diretora Vice-Presidente – Maria Alice Ferreira Vasques, acima qualificada. Após a eleição, a Assembleia deliberou que não haverá honorários mensais da Diretoria, por se tratar de Sociedade de administração de bens próprios do casal Nilo e Maria Alice. VI) Os Diretores eleitos declaram que não estão incursos em qualquer penalidade de lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil. VII) Quanto ao funcionamento do Conselho Fiscal, dada a sua facultatividade, a Assembleia deliberou pela sua não instalação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 06/01/2020. Assinaturas: Mesa: Nilo Vasques – Presidente; Maria Alice Ferreira Vasques – Secretária. Visto Advogado: Alime Moraes de Oliveira – OAB/SP 336.202. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.549.635 em 21/02/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.
Das Atividades Operacionais	205.839,43	(80.908,43)	
Outras Atividades Operacionais	(215.000,15)	(290.000,15)	
Caixa e Equivalentes de Caixa	(40.281,59)	91.331,77	
Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa			
No Início do Exercício	190.049,03	98.717,26	
No Final do Exercício	149.767,44	190.049,03	
Glauce dos Madrigals Arnone – Administrador			
Denis Cristiano Kim – Contador CRC ISP 226.726/0-9			

Publicidade Legal

Eóica Serra das Vacas V S.A.
 CNPJ/ME nº 22.357.375/0001-46 – NIRE 35.300.477.723
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020
Data, Hora e Local: 29/05/2020, às 16h00, na sede social da Sociedade. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Fernando Bontorim Amato. **Secretário:** Carlos André Arato Bergamo. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** **Em AGO:** a) Aprovar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019; b) Aprovar a distribuição de 100% do lucro líquido a título de dividendos, já deduzida a parcela de constituição da reserva legal, no valor de R\$ 413.916,37, com previsão de pagamento para até 31/12/2020, podendo ser antecipado, conforme disponibilidade de caixa da Companhia; e, c) Aprovar a distribuição de 100% do saldo disponível em reserva de lucros constituído no ano de 2018, no valor total de R\$ 266.404,82, com previsão de pagamento para até 31/12/2020, podendo ser antecipado, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. **Em AGE:** a) Alterar a redação do artigo 18 do Estatuto Social para alterar o número de membros da Diretoria da Companhia de 02 para 03, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 18. A Diretoria será composta por 3 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos Acionistas em Assembleia Geral, os quais, conjuntamente e sob a designação de Diretores, exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas neste Estatuto Social";** b) Reeleger os atuais membros da Diretoria: (1) Fernando Bontorim Amato, RG nº 15.420.280-0 SSP/SP e CPF nº 166.3223.078-1; e (2) Carlos André Arato Bergamo, RG nº 28.557.778 SSP/SP e CPF nº 292.292.748-28; e, c) Eleger um novo membro da Diretoria: Sra. Janaína Cabral Angelim, RG nº 4507008 SDS/PE e CPF nº 867.275.914-15. Os Diretores(a) ora reeleitos/eleitos terão prazo de vigência de mandato até a AGO que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31.12.2022. Os Diretores ora nomeados, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata. São Paulo, 29/05/2020. Assinaturas: **Mesa:** Fernando Bontorim Amato – Presidente; Carlos André Arato Bergamo – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 286.401/20-4 em 06/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Antares Securitizadora de Recebíveis Comerciais S.A.
 CNPJ/MF nº 31.508.560/0001-85 – NIRE 353.005.211-96 – **Ata da 3ª Assembleia Geral Extraordinária**
Data, Hora e Local: 16/06/2020, às 14h00, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Frederico Luis Penteado Bisco – Presidente; Felipe Wagner Penteado Bisco – Secretário. **Ordem do Dia:** I. Análise da proposta da Diretoria da Sociedade para 2ª emissão de debêntures privada e fixação das características das debêntures a serem emitidas e celebrar a respectiva Escritura de Emissão; e II. Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações:** I. O Sr. Presidente pôs em votação a proposta da Diretoria para emissão de 3.000 debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000,00, ao valor unitário de R\$ 10.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade, com as seguintes características: **1) Quantidade de Debêntures a serem emitidas:** Será emitido um total de 3.000 debêntures simples. **2) Número de Séries:** A emissão será realizada em 15 séries. **3) Modo e Prazo para Subscrição e Integralização:** 3.1) As debêntures serão integralizadas no prazo de 96 meses, em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a emissora, no ato da subscrição. 3.2) As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 96 meses, contados a partir de 01/07/2020. **4) Data de Início da Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de início da emissão das debêntures será 01/07/2020. **5) Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão:** As debêntures representativas desta emissão terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante de R\$ 30.000.000,00. A emissão será realizada em 15 séries. **6) Forma:** As debêntures terão a forma nominativa, não endossável. **7) Modalidade:** Simples, não conversíveis em ações. **8) Espécie:** As debêntures serão da espécie subordinada. **9) Vencimento das Debêntures:** As debêntures desta emissão vencerão no prazo de 120 meses, contados a partir da data de emissão estabelecida no item 4, ou seja, vencerão em 30/06/2030 data em que a Emissora deverá pagar ao(s) debenturista(s) o respectivo valor nominal. **10) Colocação:** O lançamento das debêntures será privado, sem a intermediação de Instituição Financeira. **11) Preço de Integralização:** O preço unitário para integralização das debêntures desta emissão deverá ter o seu valor nominal fixado em R\$ 10.000,00. **12) Base de Remuneração:** a) Base de remuneração da 1ª série será de 110% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. b) A base de remuneração da 2ª série de 120% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. c) A base de remuneração da 3ª série de 130% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. d) A base de remuneração da 4ª série de 140% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. e) A base de remuneração da 5ª série de 150% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. f) A base de remuneração da 6ª série de 180% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. g) A base de remuneração da 7ª série de 200% do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. h) A base de remuneração da 8ª série de 0,17% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. i) A base de remuneração da 9ª série de 0,21% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. j) A base de remuneração da 10ª série de 0,25% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. k) A base de remuneração da 11ª série de 0,29% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. l) A base de remuneração da 12ª série de 0,33% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. m) A base de remuneração da 13ª série de 0,37% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. n) A base de remuneração da 14ª série de 0,41% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. o) A base de remuneração da 15ª série de 0,45% ao mês, acrescido do C.D.I., expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **13) Dos Pagamentos:** Os pagamentos aos debenturistas serão efetuados pela Emissora preferencialmente através de depósito em conta corrente bancária em nome do debenturista. **14) Juros Moratórios:** Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor do débito, além da remuneração tal como estabelecido no item 12, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento. **15) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá a qualquer tempo adquirir debêntures desta emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado na forma prevista no item 12. **16) Vencimento Antecipado:** Declarar-se-á antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos: **16.1)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$ 1.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 dias de sua ocorrência; **16.2)** pedido recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora; **16.3)** decretação de falência da Emissora; **16.4)** falta de cumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, desde que não sanada em 30 dias, contados a partir da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado; ou **16.5)** vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, previstas na Escritura de Emissão. **17) Publicidade:** Todos os atos societários decorrentes desta emissão de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornais de grande circulação. **18) Decadência dos Direitos aos Debenturistas:** Os direitos a juros moratórios decaem na hipótese de não comparecimento para recebimento pelos debenturistas desta emissão, dos valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado previamente publicado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Campinas/SP, 16/06/2020. Assinaturas: Frederico Luis Penteado Bisco, Presidente, Felipe Wagner Penteado Bisco, Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 284.894/20-5 em 04/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hansatecna Comércio e Representações S.A.
 CNPJ/ME nº 54.022.066/0001-01 – NIRE 353.004.491-93
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 Ficam os acionistas da Companhia, convidados a se reunirem em AGO/E, a ser realizada em 23/09/2020, às 09h00, na sede social, na Rua Clarence, 179/183, Vila Cruzeiro, São Paulo-SP, para tratarem da seguinte matéria constante da ordem do dia: **1.** Aprovação das contas dos administradores e das demonstrações contábeis e financeiras do exercício findo em 31/12/2019; **2.** Aprovação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2019; **3.** Eleição dos diretores para o mandato de 01/11/2020 a 31/10/2023; **4.** Eleição dos conselheiros para o mandato de 01/11/2020 a 31/10/2023. **Informações Gerais:** Os acionistas caso sejam representados por procurador deverão apresentar original da procuração, se for particular com reconhecimento de firma do Acionista Outorgante, devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, em qualquer caso, deve ter sido outorgado há menos de dois anos. São Paulo, 13 de agosto de 2020. Paulo Henrique Gonçalves de Melo – Diretor Presidente da Companhia. (18, 19 e 20/08/2020)

Diana Bioenergia Avanhandava S/A – CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2020
Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº. **Data:** 24/04/2020 às 10h00. **Convocação e Presença:** Dispensada/Totalidade. **Mesa:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; e Ricardo Martins Junqueira – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Autorizou o 1º aditamento, para suspensão temporária dos pagamentos, à CCB Cédula de Crédito Bancário nº 19.2.0524.1 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES ("BNDES"), no valor de até de R\$ 55.600.000,00, em moeda corrente. A Assembleia deliberou ainda determinar que a Diretoria tome todas as providências necessárias para a concretização das matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 24/04/2020. Assinaturas: Mesa: Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 197.568/20-8 em 10/06/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A – CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de janeiro de 2020
Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº. **Data:** 31/01/2020 às 10h00. **Convocação e Presença:** Dispensada/Totalidade. **Mesa:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; e Ricardo Martins Junqueira – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Autorizou a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco ABC Brasil S/A na modalidade Cédula de Crédito à Exportação do Agronegócio nº 6710120 no valor de R\$ 20.000.000,00, bem como Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Títulos nº 6710120 e Contrato de Opção Flexível Sobre Mercadoria nº 6711920, em uma única operação e eventuais aditamentos. A Assembleia deliberou ainda determinar que a Diretoria tome todas as providências necessárias para a concretização das matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 31/01/2020. Assinaturas: Mesa: Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 197.266/20-3 em 10/06/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A – CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de junho de 2020
Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº. **Data:** 09/06/2020 às 10h00. **Convocação e Presença:** Dispensada/Totalidade. **Mesa:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; e Ricardo Martins Junqueira – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Autorizou a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco Safra S/A na modalidade Cédula de Crédito à Exportação CCE sob nº 104686.5 no valor de R\$ 1.000.000,00, tendo seu início em 14/10/2019 e vencimento final 07/06/2021; Autorizou ainda a celebração de contratos de operação de crédito realizada junto ao Banco Safra S/A na modalidade Cédula de Crédito à Exportação CCE sob nº 104782.9 no valor de R\$ 1.000.000,00, tendo seu início em 19/02/2020 e vencimento final em 08/02/2022. A Assembleia deliberou ainda determinar que a Diretoria tome todas as providências necessárias para a concretização das matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 09/06/2020. Assinaturas: Mesa: Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. JUCESP nº 271.320/20-5 em 22/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A – CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 09 de junho de 2020
Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº. **Data:** 09/06/2020 às 10h00. **Convocação e Presença:** Dispensada/Totalidade. **Mesa:** Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; e Ricardo Martins Junqueira – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Autorizou a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco Safra S/A na modalidade Cédula de Crédito à Exportação CCE sob nº 104686.5 no valor de R\$ 1.000.000,00, tendo seu início em 14/10/2019 e vencimento final 07/06/2021; Autorizou ainda a celebração de contratos de operação de crédito realizada junto ao Banco Safra S/A na modalidade Cédula de Crédito à Exportação CCE sob nº 104782.9 no valor de R\$ 1.000.000,00, tendo seu início em 19/02/2020 e vencimento final em 08/02/2022. A Assembleia deliberou ainda determinar que a Diretoria tome todas as providências necessárias para a concretização das matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Avanhandava, 09/06/2020. Assinaturas: Mesa: Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. JUCESP nº 271.320/20-5 em 22/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.
 CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21

Balancos Patrimoniais		Demonstrações de Resultados		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	
	2020	2019	2020	2019	
Ativo/Circulante	177.523	100.360	Receita operacional líquida	176.826	183.677
Caixa e equivalentes de caixa	33.922	28.162	Mudança no valor justo do ativo biológico	6.769	(95)
Contas a receber de clientes	3.577	1.023	Custos dos produtos vendidos	(151.742)	(163.583)
Estoques	31.994	23.796	Lucro bruto	31.853	19.999
Ativos Biológicos	26.811	22.812	Despesas de vendas	(8.541)	(8.775)
Adiantamentos a fornecedores	18.321	17.349	Despesas administrativas e gerais	(10.469)	(14.421)
Impostos a recuperar	5.348	5.273	Outras receitas operacionais, líquidas	3.642	1.233
Ativo fiscal corrente	-	427	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	16.485	(1.964)
Instrumentos financeiros derivativos	56.701	503	líquidas, variação cambial líquida e impostos	16.485	(1.964)
Outros ativos	849	1.015	Receitas financeiras	61.257	3.615
Não circulante	262.314	178.248	Despesas financeiras	(72.466)	(22.710)
Realizável a longo prazo	1.797	3.843	Variação cambial líquida	(12.647)	(12.172)
Depósitos judiciais e outros	293	694	Receitas (despesas) financeiras e variação cambial, líquidas	(23.856)	(31.267)
Impostos a recuperar	389	52	Resultado antes do IRPJ e contribuição social	(7.371)	(33.231)
Aplicações financeiras	1.115	3.097	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.240	9.780
Imobilizado	196.096	174.405	Resultado do exercício	(6.131)	(23.451)
Direito de uso	64.421	-	Demonstrações do Resultado Abrangente	2020	2019
Passivo	222.290	135.150	Resultado do exercício	(6.131)	(23.451)
Circulante	222.290	135.150	Outros resultados abrangentes	-	-
Fornecedores	27.855	22.118	Resultado abrangente total	(6.131)	(23.451)
Passivo de arrendamento	13.540	-	Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Empréstimos e financiamentos	89.450	91.734	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Debêntures a pagar	12.584	6.343	Resultado do exercício	(6.131)	(23.451)
Impostos e contribuições a recolher	6.776	5.104	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	8	Depreciação:	-	-
Salários e férias a pagar	5.135	4.368	Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	7.128	7.173
Adiantamentos de clientes	20.640	4.460	Depreciação de Plantas Portadoras	12.962	13.848
Mútuos com partes relacionadas	1.587	200	Consumo Ativo Biológico	22.812	22.001
Instrumentos financeiros derivativos	44.715	815	Amortização de infraestrutura (agrícola e indústria)	18.471	13.852
Não circulante	159.269	79.049	Amortização do direito de uso	16.055	-
Fornecedores	3.112	6.785	Resultado na alienação de imobilizado	430	1.566
Passivo de arrendamento	47.824	-	Mudança no valor justo do ativo biológico	(6.789)	95
Empréstimos e financiamentos	90.628	50.529	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.240)	(9.780)
Debêntures a pagar	12.500	16.250	Instrumentos financeiros derivativos	(12.298)	312
Impostos e contribuições a recolher	4.185	3.226	Juros e variações cambiais	28.027	26.382
Tributos diferidos	521	1.760	Juros sobre passivo de arrendamento	5.869	-
Provisão para contingências	499	499	Reversão de provisão para contingências	-	(179)
Patrimônio líquido	58.278	64.409	Consulいたio (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas	(543)	527
Capital social	59.987	59.987	Ajuste a valor recuperável dos estoques	-	(1.379)
Reserva legal	113	113	Redução (aumento) nos ativos	(2.011)	888
Ajuste de avaliação patrimonial	45.768	47.122	Contas a receber de clientes	(2.011)	888
Prejuízos acumulados	(47.590)	(42.813)	Estoques	(26.669)	(10.171)
Total do passivo	381.559	214.199			
Total do passivo e patrimônio líquido	439.837	278.608			

Moinho Água Branca S.A.
 CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93 – NIRE 35.300.041.330
Convocação: Ficam convidados os senhores acionistas da Companhia, para participarem da AGO que se realizará no dia 27/08/2020, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 833, sala A, em São Paulo-SP, a fim de tratarem da seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício; e, (iii) fixar as remunerações dos Diretores para o período compreendido entre o dia 27/08/2020 e a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2021. São Paulo, 10/08/2020. Ivan Soldan Salema – Diretor (18, 19 e 20/08/2020)

Constran Internacional Construções S.A.
 CNPJ/MF nº 32.239.244/0001-18 – NIRE 35.300.529.103
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2020
Data, Hora e Local: Aos 12/05/2020, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida São Gabriel, 301, 2º andar, Sala 201, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** José Roberto Maluf Moussalli – Presidente; Luciano Barbosa Theodoro – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Decidir prorrogar até 31/05/2021 a autorização da Companhia para: (a) apresentar Propostas Comerciais e/ou (a.1) assinar Contratos com Clientes, ambos no valor de até R\$ 600.000.000,00, por ato, (a.2) constituir Consórcios, (a.3) assinar Contratos de Garantia até o valor de R\$ 60.000.000,00, por ato; e (b) autorizar à Diretoria da Companhia a celebrar todos os atos necessários para efetivação das deliberações previstas no item "a" acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. José Roberto Maluf Moussalli – Presidente; Luciano Barbosa Theodoro – Secretário OAB/SP nº 168.365. JUCESP nº 167.447/20-8 em 28/05/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Constran Internacional Construções S.A.
 CNPJ/MF nº 32.239.244/0001-18 – NIRE 35.300.529.103
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2020
 Aos 30/06/2020, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada/Totalidade. **Mesa:** José Roberto Maluf Moussalli – Presidente; Luciano Barbosa Theodoro – Secretário. **Lavratura da Ata:** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura do Acionista, nos termos do Artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) aprovar o Relatório da Diretoria, Balanço Geral e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, documentos esses publicados nos jornais "DOE-SP" e "O Dia", ambos no dia 25/06/2020; (ii) aprovar o Relatório dos Auditores Independentes; (iii) Devido aos resultados apurados no exercício, não haverá distribuição de dividendos aos Acionistas; (iv) não instalar o Conselho Fiscal; (v) autorizar a diretoria da Companhia a providenciar o que for necessário ao cumprimento das deliberações da presente assembleia. **Encerramento:** Nada mais. Assinaturas: Mesa: José Roberto Maluf Moussalli – Presidente; Luciano Barbosa Theodoro – Secretário. Acionista: Constran S.A. – Construções e Comércio – em recuperação judicial por José Roberto Maluf Moussalli – Diretor Presidente e Augusto Cesar Ribeiro Pinheiro – Diretor. JUCESP – Registrado sob o nº 272.307/20-8 em 24/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Traga suas publicações para

Data Mercantil

Faça um orçamento:

comercial@datamercantil.com.br



DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC -
 R\$ 5,4491 / R\$ 5,4497 **
 Câmbio livre mercado -
 R\$ 5,500 / R\$ 5,502 *
 Turismo - R\$ 5,110 /
 R\$ 5,640

(*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 1,300%

OURO BM&F
 R\$ 349,25

BOLSAS
 Bovespa (Ibovespa)
 Variação: -1,73%
 Pontos: 99.959
 Volume financeiro: R\$ 45,460 bilhões
 Maiores altas: Marfrig ON (5,37%), JBS ON (2,53%), Klabin UNT (2,11%)
 Maiores baixas: Hering ON (-7,79%), Eletrobras ON (-6,66%), GOL PN (-5,94%)

S&P 500 (Nova York): 0,27%
 Dow Jones (Nova York): -0,31%
 Nasdaq (Nova York): 1,00%
 CAC 40 (Paris): 0,18%
 Dax 30 (Frankfurt): 0,15%
 Financial 100 (Londres): 0,61%
 Nikkei 225 (Tóquio): -0,83%

Negócios

GM abrirá PDV que tem como incentivo salários extras e um Onix



Na tentativa de não promover demissões em massa em razão da alta ociosidade de suas cinco operações no País, onde trabalham cerca de 18 mil pessoas, a General Motors negociou com sindicatos locais a extensão do lay-off (suspensão de contratos de trabalho) até novembro. A medida envolve mais de 3 mil funcionários. Também vai abrir programas de demissão voluntária (PDV) com incentivo de salários extras e até um modelo Onix para quem aderir.

A empresa afirma que desde o início das medidas de isolamento em razão da pandemia de covid-19 e suas implicações econômicas, “vem tomando uma série de medidas para, nesta ordem, proteger a saúde e segurança de seus empregados, fornecedores e parceiros, preservar empregos e garantir a sustentabilidade do negócio”.

Informa também que vem utilizando mecanismos como redução de custos, postergação de investimentos – um plano de R\$ 1 bilhão que seria aplicado até 2024 está congelado –, banco de horas, férias coletivas, redução de jornada com redução salarial e lay-off.

Trabalhadores das fábricas de São Caetano do Sul (SP) e de Gravataí (RS), onde são produzidos automóveis, já aceitaram a proposta em votação online, assim como os de Joinville (SC), onde são feitos motores. Na unidade de São José dos Campos (SP), que produz picapes e utilitários-esportivos, a votação deve ocorrer nos próximos dias.

O PDV será aberto apenas nas fábricas de São Caetano e de São José dos Campos. A data para o início do programa ainda não foi definida e nem a adesão esperada.

Os incentivos para quem aderir vão de 3,5 a sete salá-

rios extras por ano trabalhado, dependendo do tempo de casa, e de um a dois anos de manutenção do plano médico. Funcionários com mais de 11 anos de trabalho no grupo também vão receber um Onix Joy Black, modelo que custa R\$ 50,8 mil.

Para trabalhadores com até três anos de casa não há incentivos. “Provavelmente porque a empresa quer manter esse pessoal, que têm salários inferiores aos mais antigos”, diz o presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, Francisco Nunes.

Segundo ele, há cerca de 800 funcionários em lay-off desde abril e o retorno ao trabalho estava previsto para esta semana. Eles devem ficar em casa até novembro e, se até lá o mercado de carros não tiver reagido, a dispensa será prorrogada até abril.

Estado SP/Biznews

Linx diz que Totvs não apresentou proposta de aquisição



Em comunicado ao mercado nesta segunda-feira (17), a Linx informou que houve um contato preliminar com a Totvs entre os dias 31 de julho e 4 de agosto, mas a Totvs não fez uma apresentação formal de união das empresas. A rede de software de gestão para o varejo está em processo de venda de ativos para a Stone.

Segundo esse comunicado, a companhia ficou surpresa com o anúncio da Totvs na sexta-feira (14), dizendo que a Linx não teria interesse em tomar conhecimento da pro-

Pessimismo cresce e só 24% das empresas esperam investir mais, diz pesquisa

Os dados da Pesquisa Perspectiva Empresarial, realizada pela Boa Vista no 2º trimestre de 2020, revelam o pessimismo da maior parte dos empresários entrevistados diante da crise do novo coronavírus. Apenas 24% das empresas esperam aumentar seus investimentos neste ano, menos de um terço das respostas coletadas pela instituição no 1º trimestre, quando 75% acreditavam em maiores investimentos para 2020. No 2º trimestre do ano passado, o volume de empresários que tinham intenção de empregar mais recursos era de 56%.

A pesquisa da Boa Vista consultou 600 empresas de todo o Brasil dos setores de comércio (atacadista e vare-

jista), serviços (instituições financeiras e construção civil) e indústria. O grau de confiança é de 90% e a margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Entre os empresários que ainda esperam investir mais, 21% afirmam que concentrarão mais recursos em pessoas. Já em relação a produtos, são 32% os que esperam empregar mais dinheiro. Por fim, 34% acreditam que vão investir mais em tecnologia até o fim de 2020.

A perspectiva de faturamento para este ano acompanha a de investimentos, e apenas 25% dos entrevistados esperam alta nas receitas. No trimestre anterior, este número era de 83%.

IstoÉDinheiro



posta que receberia pela combinação dos negócios. Em sua defesa, informou que os representantes da Totvs avaliaram nos encontros que essa proposta de aquisição não estava pronta e demoraria mais algumas semanas para ser finalizada.

Além disso, Linx afirmou que não existe qualquer tipo de contrato de confidencialidade que garanta à Totvs algum tipo de compartilhamento de informações.

“No dia 10 de agosto de 2020, quando o Conselho de

Administração da companhia aprovou a proposta apresentada pelo Grupo Stone, não havia qualquer expectativa ou elemento concreto a respeito de uma eventual proposta da Totvs que justificasse levar o tema ao conhecimento do Conselho de Administração da Companhia”, informou a Linx em comunicado.

Ainda assim, o Conselho de Administração da companhia e seus conselheiros avaliarão a proposta da Totvs e informarão o mercado nos próximos dias.

IstoÉDinheiro